A LINGUAGEM ARTÍSTICA MUSICAL: ASPECTOS IMPORTANTES

MUSICAL ARTISTIC LANGUAGE: IMPORTANT ASPECTS

JUREMA APARECIDA DE ANDRADE SANTOS
1ª Graduação em Artes Visuais pela Faculdade Metropolitana de Santos (2016) 2ª Graduação em Pedagogia pela Faculdade Itaquá (2018); Professora de Educação Infantil – Prefeitura Municipal de São Paulo no CEI São Bento Velho.

RESUMO

Este artigo mostra a importância e atuação da música no contexto escolar. Desta forma, pretendeu-se mostrar que na educação utilizar a música é, na verdade, um movimento educativo e cultural que busca a constituição de ser um ser humano completo, total, dentro dos moldes do pensamento democrático e valorizando no ser humano os aspectos intelectuais, morais e estéticos. Neste sentido, buscou-se evidenciar que os educandos ampliam sua aprendizagem através da linguagem artística, também desenvolvem novas habilidades, despertamos interesses e a criatividade no espaço escolar, que é o ambiente mais propício para os alunos conhecerem e apreciarem esta disciplina tão abrangente.

Palavras-chave: Arte; Música; Desenvolvimento; Aprendizagem; Infância.

ABSTRACT

This article highlights the importance and role of music in the school context. It aims to show that using music in education is, in fact, an educational and cultural movement that seeks to develop well-rounded human beings, within the framework of democratic thinking and valuing intellectual, moral, and aesthetic aspects in human beings. In this sense, we sought to highlight that students expand their learning through artistic language, develop new skills, and awaken interests and

creativity in the school environment, which is the most conducive environment for students to learn about and appreciate this comprehensive discipline.

Keywords: Art; Music; Development; Learning; Childhood.

INTRODUÇÃO

A linguagem artística em especial a Música nas séries iniciais é um tema de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa. Desta forma, diferente do que as pessoas pensam, é um tema que possui uma grande diversidade de como se trabalhar essa temática no ambiente escolar com as crianças.

Essa linguagem atrai os olhares curiosos das crianças, por se tratar de uma linguagem não textual e diferente do cotidiano delas.

Entretanto, aquilo que foge do cotidiano escolar (leitura e escrita), como a arte musical, atrai e envolve o educando de forma prazerosa, despertando o desejo de aprender e ampliar as potencialidades deles.

Neste contexto, é desenvolvido a interdisciplinaridade, através de projetos, que as crianças poderão se envolver e ter um resultado positivo e ter o desejo de querer fazer diversas atividades que envolvam a arte, seja através de teatro, dança, música e outros.

Assim, a música está na vida das crianças desde a infância, mas nosso principal objetivo, além de trabalhar com música, é apresentar e mostrar para a criança a enorme diversidade musical que o educando não conhece, podendo neste caso, usar um universo de músicas. Porém, a principal meta envolver as crianças nessa diversificação sonora, onde os próprios podem desenvolver a curiosidade de conhecer um instrumento musical, até mesmo aprender a tocar algum deles.

A música promove interação das pessoas com o mundo em que se vive, despertando emoções, sentimentos. Essa diversidade cultural contribui para a estruturação de nosso senso estético.

O objetivo principal deste trabalho é analisar as contribuições que o ensino de música pode proporcionar no desenvolvimento e aprendizagem do educando, em específico na educação infantil e a forma como é usada pelos educadores.

Os objetivos específicos são: compreender os aspectos favoráveis que o ensino de música pode proporcionar às crianças da Educação Infantil, identificar as formas de interação da música com os demais eixos de trabalho, ou seja como a música pode auxiliar em diversas atividades pedagógicas na educação infantil, analisar as contribuições e benefícios que a música pode proporcionar no desenvolvimento das crianças na educação infantil.

Apesar do reconhecimento crescente sobre os benefícios da música na Educação Infantil, ainda é possível observar que sua aplicação nas práticas pedagógicas diárias é limitada, muitas vezes tratada de forma superficial ou desvinculada dos demais eixos de trabalho. Diante disso, como o

ensino de música pode ser efetivamente integrado ao currículo da Educação Infantil de forma a contribuir para o desenvolvimento integral da criança?

A metodologia utilizada foi por meio da pesquisa e leitura de diversos autores e estudiosos sobre o assunto.

Logo, a escola é um importante espaço que se constrói diversos significados e aprendizagens, através de um processo de interação e socialização no qual, os sujeitos são os protagonistas. Ou seja, é necessário inserir esses educandos num mundo novo, que amplie os seus olhares.

A HISTÓRIA DA MÚSICA NO BRASIL

O ensino de Música na escola no Brasil passou por períodos de valorização, com propostas pedagógicas ousadas e consistentes, como o Canto Orfeônico, idealizado por Villa-Lobos, como por momentos em que a música ficou apenas como um meio para desenvolver temáticas relacionadas a outros ramos do conhecimento, sem uma proposta que valorizasse seu potencial educativo, como se pode observar em muitas práticas educativas na década de 1970.

Contudo, com o passar dos anos foram instituídas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Parâmetros Curriculares Nacionais possibilitando o aluno trazer música para a sala de aula até que foi sancionada a LDB 9394/96 que considera a música como conteúdo obrigatório, por meio da Arte na Educação Básica, pois os PCN definem que ela é composta de quatro linguagens: artes visuais, dança, música e teatro.

A história da música no Brasil deu início na década de 1930 a proposta educacional na área de Música foi modelo do Canto Orfeônico, idealizado pelo músico brasileiro Heitor Villa Lobos, que foi uma importante referência por propor um projeto consistente em educação música a todo o país.

Sua proposta foi implantada nas escolas brasileiras por meio do Decreto 18.890, de 1931, concepção que esteve em consonância com o ideário político do período entre 1930 e 1945, sendo que:

> A aula de música é entendida e utilizada principalmente como funcional. Isso mostra mais claramente na concepção de Villa Lobos, que, tanto do ponto de vista institucional (leis, decretos, materiais didáticos, formação de professores), como do ponto de vista metodológico (a prática do canto orfeônico), tenta viabilizar a proposta oficial de uma educação moral e cívica. (SOUZA, 1991, p. 17).

Com o apoio do presidente da República Getúlio Vargas, em pleno Estado Novo, Villa Lobos foi convidado para assumir a Superintendência de Educação Musical e Artística – SEMA, órgão fundado pelo educador Anísio Teixeira.

Por meio do SEMA, Villa Lobos criou, entre outras ações, o Curso Especializado de Música e Canto Orfeônico, que visava preparar professores especializados para atuar nas unidades escolares, que tinha como objetivo preparar os docentes para o ensino de Música nas dimensões técnicas, social e artística.

No currículo do curso constavam os seguintes conteúdos: a regência, canto orfeônico, orientação prática, solfejo, técnica musical, entre outros. Também foram contempladas no curso, pela primeira vem no Brasil, o estudo da etnografia e do folclore, conteúdos até então não valorizados no contexto da educação escolar.

> As narrativas mais antigas (Calila e Dimna, Sendebar, etc) giram torno de certos elementos que derivam ou desembocam na violência: a vitória ou prepotência dos fortes sobre os fracos; a luta pelo poder através de quaisquer meios; as metamorfoses contínuas; a falsidade ou traição das mulheres; a ambição desmedida de riqueza e poder; a astúcia dos fracos para escapar à prepotência dos fortes; a utilização de animais para "representarem" as ações humanas... Por outro lado, registram-se narrativas "edificantes", isto é, transmissoras de modelos de moral (Hitopadesa), onde, através de variadas situações, difunde-se uma atitude moral básica: o respeito pelo próximo. Dele decorre todo um corolário de ações "exemplares" para um convívio comunitário equilibrado, aspecto que vai ser sobremaneira ampliado na literatura européia que surge no período medieval. (COELHO, 1991, p.21)

Segundo os PCNS – Arte (1998), o modelo do Canto Orfeônico foi a proposta educacional para o ensino de Música para crianças que mais perdurou no Brasil, sendo desenvolvido por cerca de 30 anos.

O Canto Orfeônico só deixou de fazer parte do currículo das escolas com a implantação da disciplina Educação Musical, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N°4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Essa nova orientação, influenciada por novos modelos de educação musical propagados na Europa, provocou alterações nas concepções e nas ações didático-pedagógicas de alguns professores, sendo que:

> Contrapondo-se ao Canto Orfeônico, passa a existir no ensino de música um novo enfoque, quando a música passa a ser sentida, tocada, dançada, além de cantada. Utilizando jogos, instrumentos de percussão, rodas e brincadeiras, buscava-se um desenvolvimento auditivo, rítmico, a expressão corporal e a socialização das crianças, que são estimuladas a experimentar, improvisar e criar. (PCN – Arte, 1998, p.27).

A disciplina Educação Musical é excluída do currículo do então ensino primário e ginasial pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N°5.692, de 1971, que reorganiza a estrutura

formal do ensino brasileiro e inclui no currículo escolar de primeiro grau (da 1ª a 8ª séries) e no segundo grau (do 1º ano ao 3º ano), a disciplina Educação Artística.

A Lei 5692/71 teve como orientação a concepção tecnicista para o desenvolvimento das aulas de Arte, o que desencadeou uma prática mecanicista dos docentes. Desta forma:

> Nas aulas de Artes, os professores enfatizam um "saber construir" reduzido aos seus aspectos técnicos e ao uso de materiais diversificados (sucatas, por exemplo), e um "saber exprimir-se" espontaneístico, na maioria dos casos caracterizados poucos compromissos com o conhecimento de linguagens artísticas. (FERRAZ e FUSARI, 1993, p. 32).

Os professores que já atuavam nas disciplinas de Música, Desenho, Trabalhos Manuais, Canto Coral e Artes Aplicadas que inicialmente iriam atuar como professores de Educação Artística, pois só em 1973 o governo cria o curso de graduação em Educação Artística.

Desta forma, com um currículo que abrangia as linguagens plásticas, musical e corporal, o que se mostrou inadequado, visto que é difícil que apenas um docente consiga desenvolver um trabalho consistente nas áreas musical, teatral e plástica, principalmente estes profissionais que já tinham uma formação inicial totalmente focada em uma das linguagens.

Vários autores (Ferraz e Fusari, 1993; Barbosa, 1986; Pimentel, 1999, entre outros) destacaram as inadequações que se apresentaram no desenvolvimento das aulas de Arte após a implantação da Lei 5692/71 e da Licenciatura em Educação Artística, situação está que se agrava com a publicação do Parecer 540/77, que concebeu a Educação Artística não como uma área do conhecimento, e sim como uma atividade, relacionando-a ao lazer e à qualidade de vida.

Para Martins, Picosque e Guerra (1998, p. 41), arte é linguagem e conhecimento, visual, a linguagem musical, a linguagem cênica, a linguagem da dança e a linguagem cinematográfica

O ensino de Música, que passou a ser ministrado na disciplina Educação Artístico com um viés tecnicista, mesmo com o avanço do debate, da pesquisa e de publicações que defendia mudanças nas concepções e na ação educativa em música.

Com vistas a alterar esta situação, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei N° 9.394, sancionada em 20 de dezembro de 1996, e posteriormente pela elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Arte, de 1998, que concebe a música como essencial na formação das novas gerações, possibilitando ao:

> [...] aluno trazer músicas para a sala de aula, acolhendo-a, contextualizando-a e oferecendo acesso a obras que possam ser significativas para o seu desenvolvimento pessoal em atividades de apreciação e produção. (PCN – Arte, 1998, p.75).

Mais recentemente, foi publicada no Diário Oficial da União, a Lei N°11.769, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), alterando o artigo 26 da LDB 9394/96, que inclui o parágrafo 6° o seguinte texto: “A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2° deste artigo”, ou seja, que “[...] o ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica” (Art. 2° da LDB Nº9394, 1996).

ENSINO DE MÚSICA: TENDÊNCIA PEDAGÓGICA E PERSPECTIVAS DIDÁTICAS

O ensino da música através da linguagem artística, tem uma capacidade transformadora, pois o fazer artístico e a fruição estética contribuem para o desenvolvimento de crianças desde a educação infantil, porque amplia o seu potencial cognitivo e assim conceber e olhar o mundo de modos diferentes.

Para BARBOSA, Ana Mae (1990 pág. 88) a arte deve ser para todos, é um direito. O ensino da arte precisa deixar de ser decorativo ou intuitivo

Ensino musical tradicional – nesta concepção acredita-se que o aluno deve dominar certas habilidades e conhecer a Música. Para isso, a ênfase deve estar no aprendizado e na prática do instrumento musical, na teoria e na história da Música.

Ao professor cabe a tarefa de iniciar os alunos nas tradições da música ocidental, ou seja, o objetivo era de educar músicos, o que resultou no:

> [...] desenvolvimento de cursos direcionados a aprendizagem e alfabetização musical em que os estudantes são ensinados a ler e escrever música, a fim de serem introduzidos na prática de instrumentos tradicionais. (MENDES e CUNHA, 2001, p.85).

Segundo as autoras, este posicionamento supervaloriza as manifestações culturais da cultura hegemônica, tendo como referência a raça branca, europeia, masculina, masculina e, no universo da música, a estética do século XIX.

Esta perspectiva, segundo Mendes e Cunha (2001), apesar de inadequada tem boa aceitação, pois para os pais, políticos e autoridades educacionais,

> [...] serve de perpetuação de algo estabelecido e apresenta objetivos educacionais claros, assim como critérios de avaliação: ensina-se ao aluno a execução de um instrumento e, a seguir, testa-se a execução. No entanto, tal processo fica mais difícil quando se avalia a capacidade criativa do aluno. (MENDES e CUNHA, 2001, p.85-86).

A tendência tradicional no ensino de música concentra-se apenas na reprodução de conteúdo desvinculados do contexto cultural, social e das diferenças individuais dos educandos.

O professor, sendo a figura principal do processo de ensino-aprendizagem, é que determina os conteúdos a serem ensinados, geralmente apresentados como verdades absolutas, com posturas autoritárias e de práticas de simples transmissão do conhecimento.

Ensino musical centrado da criança – concepção que surge no século XX, que tem como parâmetro a expressão e o sentimento. É conhecida como Pedagogia Nova, que teve como principais expoentes os educadores John Dewey, Bruner e Herbert Read.

Na Escola Nova o centro do processo de aprendizagem é o aluno, seus interesses e seu processo de trabalho, em que:

> [...] o estudante passa a ser visto como descobridor e criador do mundo e não como mero perpetuador de valores estabelecidos. Trabalha-se, agora, com o aluno como construtor de seu conhecimento e com preocupação com o processo de aquisição do conhecimento. (MENDES e CUNHA, 2001, p.86).

Nessa tendência da educação musical a orientação pauta-se na experiência musical intuitiva. A alfabetização musical, que tem vários representantes e, entre eles, os precursores são:

Émile Jacques-Dalcroze – nascido em Viena em 1865. Mudou-se para a Suíça, na cidade de Genebra, onde se formou em piano no Conservatório de Genebra. Após este período, dedicou-se a consolidar sua carreira como artista com breves temporadas em Viena e Paris, para aprofundar seus conhecimentos.

Passa a lecionar a disciplina Harmonia Teórica no Conservatório de Genebra a partir de 1892, e nos primeiros dez anos de atividade, desenvolveu uma proposta de educação musical baseada em exercícios corporais, que teve como fundamentos:

> [...] nasceu de sua convicção de que nosso intelecto, nossa sensibilidade e nosso corpo, que Montaigne considerava intimamente “costurados”, apresentam-se, muitas vezes, fragmentados e até mesmo em desacordo, “desafinados” (MADUREIRA E LEITE, 2010, p.21).

Na década de 1920 dedicou-se a desenvolver atividades rítmicas com crianças portadoras de necessidades especiais, trabalhando com crianças cegas, surdas etc.

Buoro, Anamélia (2000 p,43) propôs metas como: “o desenvolvimento da percepção visual e da imaginação criadora; a ampliação do repertório imagético; a aquisição de conhecimentos em arte” (p. 43).

A pedagogia de Orff utiliza o movimento corporal como uma ferramenta essencial para a aprendizagem musical, que aborda o movimento não como um fim em si mesmo, mas com um significado que objetiva direcionar o crescimento musical e emocional do educando.

Entende que a criança está sempre em movimento, e propõe aproveitar esta característica do universo infantil para desencadear um processo de aprendizagem em música.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho desenvolvido percebeu-se que o ensino de artes e música na educação infantil é uma parte tão essencial do currículo quanto as demais disciplinas, e não apenas uma mera pausa inserida no estudo de conteúdo de disciplinas ditas como mais importantes. Pois esta serve para se aprofundar e explorar nas salas de aula os meios mais diversificados de mostrar para as crianças que arte não é só “pintura”, é algo que está inserido em nossas vidas desde o nascimento, a partir do momento em que demonstramos nossos gostos e preferências.

E com a música não é diferente, através de um estágio, encontramos professores, que inseriam a música clássica em sala de aula, e por fim, seus alunos tiveram um rendimento escolar muito positivo, sendo a sala escolhida como a que obteve o melhor aprendizado em comparação as outras classes, tendo um melhor desempenho nas atividades.

Dessa forma, ainda temos um longo caminho a percorrer para que ela seja reconhecida como sendo essencial para o desenvolvimento do alunado, e principalmente, mostrar seu valor intrínseco como construção humana, como patrimônio comum a ser apropriado por todos.

Enfatizar o ensino da Arte na sua essência, pois existem vários caminhos de se fazer arte, então procuramos seguir um foco e abrir caminhos para novos projetos e de novas perspectivas de melhoras.

Sendo que a escola é a mola propulsora para grandes voos, para isso precisamos trabalhar com as crianças novas maneiras de se acreditar em um futuro promissor, é através da educação que plantamos a semente da sabedoria, tendo crianças preparadas para um futuro de sucesso.

Por isso, por meio dessas afirmações podemos relatar que é através a arte que nós descobrimos como cidadãos críticos e seguros com relação aos costumes de uma comunidade que experimenta e aprende através de suas vivências culturais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **A Imagem no Ensino da Arte: Anos Oitenta e Novos Tempos**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: arte, Brasília: MEC, 1998.

BUORO, Anamélia Bueno. **O Olhar em Construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola,** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COLL, César; TEBEROSKY, **Ana. Aprendendo arte: conteúdos essenciais para o ensino fundamental**, São Paulo: Ática, 2000.

GUERRA, M.T.T.; VENTRELLA, R.C. O Ensino de Arte nas Series Iniciais – Ciclo I São Paulo – Governo do Estado de São Paulo, 2003

MADUREIRA, José Rafael; LEITE, Luci Banks. Jaques-Dalcroze: **música e educação**. Revista *Diverso e Prosa*, vol. 21, n. 1, abril 2010

MARTINS, Mirian C.; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. Didática do ensino de arte: **a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte**, São Paulo: FTD, 1998.

MENDES, Sonia Maria Silva; CUNHA, Marília Gouveia da. Ensino de Arte: **Uma proposta para a formação de professores**. São Paulo: FTD, 2001.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde et al. **Os Fazeres na Educação Infantil,** ed. São Paulo: Cortez, 2011.